

## Crédito de risco na agricultura familiar

A Comissão de Assuntos Econômicos debateu projeto de Tasso Jereissati que obriga os bancos a assumirem metade do risco de financiamento feito com dinheiro dos fun-

dos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O senador denunciou a falta de controle na concessão de empréstimos a agricultores familiares, o que tem gerado

inadimplência e prejuízo de quase R\$ 6 bilhões aos fundos. Representantes dos bancos e do governo disseram que a proposta dificulta o crédito aos pequenos produtores. **5**



Na CAE, Guadagnin (E), do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Garibaldi Alves; Smith, do Banco do Nordeste; Cunha, do Banco da Amazônia; e Vaz, do Banco do Brasil, ouvem Jereissati, ao lado de Delcídio

## Aprovado projeto que deve estimular exportação de carne

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem regras para o acompanhamento da cadeia produtiva das carnes de bovinos e búfalos. A exigência de rastreabilidade já provocou embargo da exportação de carne para vários países. Diversos senadores destacaram a importância do projeto para o setor agropecuário. **3**



Senadores acompanham as exposições do representante da Petrobras (à Mesa, 2º à esq.) e do ex-ministro (à dir.)

## Qual o melhor regime para explorar pré-sal? Polêmica marca audiência

O ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega defendeu, na Comissão de Assuntos Econômicos, o modelo de concessão para explorar o petróleo do pré-sal. A audiência

mostrou que os senadores têm visões antagônicas sobre o assunto: enquanto uns endossaram o regime de concessão, outros apoiaram o de partilha. **4 e 5**

## Governo pensa em construir central nuclear no Nordeste

A segunda central nuclear brasileira deverá ser construída até 2019 em uma cidade litorânea entre Salvador e Recife, conforme anunciou ontem o diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva,

em audiência pública no Senado. Representante do Ministério do Meio Ambiente, Ivo Bucaresky lembrou a necessidade de se avaliarem todos os impactos da produção da energia nuclear sobre o meio ambiente. **8**

### César Borges quer solução fiscal para crise de municípios

Senador defende projeto que flexibiliza, este ano, as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. **2**

### Regras para representação no Parlasul

Critérios podem ser votados nas sessões dos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. **7**

### Reapresentado pedido de CPI sobre o MST

Novo requerimento pode ser lido na sessão do Congresso Nacional prevista para hoje. **3**



Casagrande (entre Altino Ventura e Othon Pinheiro) preside audiência

Proposta de flexibilização temporária da LRF visa permitir que prefeituras executem seus compromissos

## César Borges pede saída fiscal para municípios na crise

O SENADOR CÉSAR Borges (PR-BA) defendeu o projeto de lei de sua autoria (PLS 450/09) que estabelece regras de flexibilização, este ano, das obrigações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. A iniciativa, explicou, propõe que os limites e obrigações da execução orçamentária de 2009 levem em consideração a queda nas receitas dos municípios.

– Quero deixar claro que não se trata de abandonar os limites e obrigações da lei. Esses parâmetros continuarão sendo perseguidos pelo gestor municipal, assim como pelo estadual. No entanto, o que se pretende mudar, somente para 2009 e, eventualmente, para 2010, caso eventualmentem a redução drástica das receitas e o aumento das despesas, é o tamanho das metas a serem perseguidas – disse.

César Borges acredita que a



Gerardo Maggela

César Borges: objetivo é impedir demissões e interrupção de serviços

flexibilização temporária ajudará as prefeituras a honrarem pagamento de pessoal e de fornecedores, evitará demissão de servidores e impedirá a interrupção de serviços de limpeza, saúde e iluminação públicos.

Em apartes, ele recebeu o apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Romeu Tuma (PTB-SP).

## Virgílio quer novo depoimento de Lina Vieira na CCJ

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem novo requerimento para que a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira compareça à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em agosto deste ano, em depoimento à CCJ, Lina Vieira disse que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, chamou-a para uma reunião no Palácio do Planalto, quando teria solicitado que agilizasse uma investigação tributária que estava sendo efetuada em empresas de Fernando Sarney.

Segundo a revista *Veja* de 17 de outubro, a ex-secretária teria encontrado sua agenda com informações do encontro, ocorrido no dia 9 de outubro de 2008.

### Acessibilidade

Virgílio registrou também sua participação na cerimônia de abertura da Semana da Visão, promovida pelo Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. O senador comentou o livro *Diário de um transplante ósseo – na real, dois*, da servidora pública e jornalista Larissa Jansen.



Moreira Matiz

Virgílio diz que relato é “um exemplo de vida, um exemplo de superação”

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário tem pauta trancada

A sessão plenária tem início às 14h. A pauta continua trancada pelos projetos de lei de conversão 15/09 (MS 465/09), que trata de subvenção ao BNDES, 16/09 (MP 466/09), que dispõe sobre serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e pela MP 467/09, que prorroga contratos vinculados a projetos de cooperação técnica.



Gerardo Maggela

## Na CE, seminário discute “Orientação sexual e relações de gênero”

A Comissão de Educação (CE) realiza, às 10h, o seminário *Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão*. O primeiro painel vai tratar do tema “Orientação sexual e relações de gênero”. Participam do seminário a coordenadora-geral

de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, Rosiléa Maria Wille; o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis; a direto-

ra de Programa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Maria Elisabete Pereira, entre outros. O painel terá como moderadora a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da CE.

## CCT ouve presidente da Empresa Brasil de Comunicação

Às 9h, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouve a presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a jornalista Tereza Crivinel, sobre o primeiro ano de atividades da estatal. Na segunda parte da reunião, o consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara fala sobre a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

## Marco regulatório dos biocombustíveis em debate na CI

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne às 14h para discutir o marco regulatório dos biocombustíveis. Foram convidados o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Ricardo de Gusmão Dornelles; o superintendente de Abastecimento da ANP, Dirceu Amorelli; e o diretor técnico da agência, Allan Kardec Duailibe Barros Filho.

## CCJ examina Código de Ética e impenhorabilidade de bem

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se reúne às 10h para examinar, entre outras matérias, projeto que dispõe sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Também está na pauta proposta que estabelece como impenhorável o único imóvel utilizado pelo proprietário como moradia. Outro projeto define como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

## Representante do Unicef vai à Comissão das Metas do Milênio

A Comissão Temporária das Metas de Desenvolvimento do Milênio realiza audiência pública às 14h30 para ouvir os representantes do Ministério da Saúde, Adson França; do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef), Márcio Carvalho; da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dennis Burns; e a gerente do Núcleo de Gestão e Planejamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Lourdes Almeida.

## CAS decide sobre liberação da conta do FGTS a idosos

Em reunião às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa 17 itens, entre eles o projeto que altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.

## Paulo Bernardo fala à CMO sobre Orçamento de 2010

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúnem, às 14h30, para ouvir esclarecimentos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, sobre a proposta de lei orçamentária da União para o próximo ano.

## Ampliação de benefícios a pessoas com deficiência em exame na CDH

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com 11 itens na pauta, analisa quatro projetos que ampliam benefícios a pessoas com deficiência, entre eles, o que dá prioridade de tramitação às causas judiciais.

## Comissão dos 50 anos de Brasília apresenta plano de trabalho

A comissão temporária que tem como finalidade colaborar com o calendário das comemorações do cinquentenário de Brasília se reúne às 14h para apresentação do plano de trabalho e votação de requerimentos. Também realiza audiência pública.

## Sarney preside sessão conjunta

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, de sessão do Congresso destinada a leitura e votação de matérias; recebe, às 12h30, na sala de audiências, o presidente da Assembleia Nacional da França, Bernard Accoyer; e às 16h preside a ordem do dia do Plenário. Às 20h, participa de recepção oferecida pelo nuncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, por ocasião da ratificação do Acordo Brasil-Santa Sé.

## Congresso vota às 10h créditos a ministérios

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta às 10h, no Plenário da Câmara, para votar créditos orçamentários a diversos ministérios.



Gerardo Maggela

## Oposição denuncia Lula ao TSE por “campanha ilegal”

Ressaltando que “o combate é feito ao ilícito e ao desrespeito à legislação”, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comunicou ontem ao Plenário que a oposição protocolou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) representação contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por campanha eleitoral ilegal. A representação, explicou, refere-se à caravana presidencial que percorreu o vale do rio São Francisco.

O senador anunciou que, ainda hoje, PSDB e DEM darão entrada em uma ação popular pelo mesmo motivo.

Alvaro Dias assinalou que “a afronta à legislação” tem se repetido e que a Procuradoria Eleitoral vai investigar a possibilidade de ter havido crime eleitoral.

O senador lembrou que, na semana passada, o ministro do Esporte, Orlando Silva, e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participaram da inauguração de um estádio de futebol na cidade de Araraquara (SP), onde foi estendida uma faixa que tratava a eleição da ministra como um terceiro mandato de Lula.

## Valter Pereira cobra combate ao crime organizado no Rio

Ao comentar os recentes confrontos entre traficantes e policiais na cidade do Rio de Janeiro, em que mais de 20 pessoas morreram e um helicóptero foi derubado, Valter Pereira (PMDB-MS) disse que “o presidente Lula e o governador Sérgio Cabral estão devendo uma ação mais ambiciosa que o lobby vitorioso que coordenaram para trazer ao Rio as Olimpíadas de 2016”.

– O novo desafio é destruir o poder de fogo do crime organizado, antes que se destrua a boa imagem que foi competentemente construída – disse.

O senador lembrou que um dos suspeitos de liderar o confronto está foragido desde que foi beneficiado pela progressão de pena – regime que o senador condena. Para Valter, essa medida processual, ao permitir que se reduza a pena a ser cumprida, faz com que o preso “ganhe precocemente a liberdade e



Valter Pereira diz ser contra o regime de progressão de pena

volte para o crime”.

Apesar de reiterar que o ideal seria o cumprimento integral da pena, o senador defendeu o restabelecimento da perícia criminológica no processo de concessão da progressão. Ele argumentou que, com tal perícia, pode-se avaliar melhor se o detento apresenta condições para obter a redução da pena e “conviver normalmente” em sociedade.

## Oswaldo Sobrinho critica lei que preserva 80% da área nativa

O líder do PTB no Senado, Oswaldo Sobrinho (MT), criticou ontem a Lei 11.952/09, originária da Medida Provisória 458/09, chamada MP da Regularização Fundiária, que exige a preservação de 80% da área nativa das propriedades rurais. O parlamentar fez um apelo para que o governo busque uma solução para os municípios do norte de Mato Grosso, que não encontram uma nova vocação econômica para suas propriedades e onde os agricultores estão com dificuldades de sobrevivência.

– Por contingências da MP [agora lei], os produtores não podem exercer o direito pleno de propriedade. Eles só podem desmatar 20% de suas terras – afirmou.

O senador observou que, no município de Feliz Natal, por exemplo, lotes de terra de 250 hectares não se enquadram nos



Oswaldo Sobrinho: produtor do norte de Mato Grosso enfrenta dificuldades

critérios de pequena, média ou grande propriedade. Recordou ainda que agricultores que para lá se deslocaram durante os governos militares, nos anos 70, foram incentivados a fazê-lo por uma política de incentivo de expansão da fronteira agrícola cujo slogan era “ocupar para não entregar”, numa referência ao temor de internacionalização da Amazônia.

## Suplicy quer explicações sobre empréstimo do BNDES à Citrosuco

Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu informações ao Ministério do Desenvolvimento sobre empréstimo de R\$ 203,5 milhões concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao grupo Fischer para investimento na renovação e ampliação de seus pomares e na instalação de projetos de irrigação de lavouras de sua empresa, a Citrosuco.

O senador quer saber se o desembolso do BNDES está condicionado à manutenção e à ampliação do nível de emprego da Fischer. Suplicy lembrou que em fevereiro passado a empresa demitiu 208 funcionários de sua usina em Bebedouro (SP).

Ele quer saber ainda se existe outra contrapartida social para que o dinheiro seja liberado e quais cláusulas ambientais estão presentes no contrato. Segundo Suplicy, a crise na citricultura paulista já dura mais de 15 anos



Suplicy diz que crise na citricultura paulista já dura mais de 15 anos

e é resultado do processo de concentração e verticalização das empresas que controlam o processamento e, principalmente, a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido. A Citrosuco é a segunda maior produtora de suco de laranja do mundo.

O senador também lembrou o sexto aniversário de criação do programa Bolsa Família, transcorrido ontem.

Senadores afirmam que projeto votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária elimina desconfiança de importadores em relação à carne brasileira

## Aprovadas regras para o rastreamento de bovinos

PROPOSTA QUE CONCEITUA e disciplina a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto define rastreabilidade como a capacidade de garantir o registro e o acompanhamento de informações sobre as fases que compõem a cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos. A medida permitirá o monitoramento de um animal ou grupo de animais durante todos os estágios da sua vida, bem como seguir um produto por todas as fases de produção, transporte, processamento e distribuição dessas carnes.

O principal objetivo do projeto (PLC 135/09) é o aperfeiçoamento de controles e garantias nos campos da saúde animal, saúde pública e inocuidade dos alimentos. Ao apresentar voto favorável à matéria, Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou que a exigência legal de rastreabilidade para alimentos exportados para a União Europeia já provocou embargos às exportações de carne bovina brasileira. O senador observou



Gilberto Goellner (à esq., ao lado de Augusto Botelho) relata projeto na CRA

ainda que o Japão e os Estados Unidos tendem a exigir mecanismo semelhante de controle.

– Não obstante vários estados brasileiros serem livres de riscos sanitários, as falhas constatadas na rastreabilidade ou mesmo a falta de confiança e (ou) segurança de um sistema apropriado constituíram pretexto para embargo às exportações brasileiras – afirmou o relator, ao citar casos de suspensão da importação de carne brasileira por vários países, por ocasião da ocorrência de foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, em 2005.

Vários senadores elogiaram o projeto. Oswaldo Sobrinho

(PTB-MT) afirmou que o sistema de rastreabilidade que está sendo implantado pelo governo não funciona, por causa da burocracia.

Delcídio Amaral (PT-MS) disse que esse projeto vem “num excelente momento, principalmente para afastar definitivamente vários fantasmas, como o da febre aftosa”. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que o Brasil é o maior exportador mundial de carne e que a “rastreabilidade vai garantir a sanidade do animal nacional”. César Borges (PR-BA) e Kátia Abreu (DEM-TO) afirmaram que o projeto é “da maior importância para o setor agropecuário brasileiro”.

## O papel de cada um no acompanhamento do gado

De acordo com a proposta aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, os agentes econômicos que integram a cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos ficam responsáveis, em relação à etapa de que participam, pela guarda dos registros fiscais de movimentação e comercialização de animais e de produtos de origem animal por um prazo de cinco anos. Os produtores terão dois anos, a partir da regulamentação da futura lei, para se adequarem às novas normas. O projeto sugere que, sempre que possível, não devem ser estabelecidos procedimentos

que sobrecarreguem o produtor “em termos de formalidades administrativas”.

A rastreabilidade se baseará na utilização de marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, para identificação do estabelecimento proprietário. Esse procedimento será dispensado em animais identificados por sistema de dispositivo eletrônico ou com registro genealógico em entidades privadas autorizadas.

Também será exigida para a rastreabilidade a Guia de Trânsito Animal (GTA); a nota fiscal; registros oficiais dos ser-

viços de inspeção de produtos de origem animal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exige a legislação; e registros de animais e produtos efetuados no âmbito do setor privado pelos agentes econômicos de transformação industrial e distribuição.

### Orçamento

A CRA também aprovou a realização de audiência sobre a proposta orçamentária de 2010, visando buscar uma equalização de preços e juros destinados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e subvenção ao seguro rural.

## Novo pedido de CPI para investigar o MST

Foi protocolado ontem, na Secretaria da Mesa do Congresso, o pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o repasse de recursos públicos e o financiamento das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assinam o requerimento a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e os deputados federais Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), este último líder do partido na Câmara.

Conforme Caiado, foram colhidas 188 assinaturas naquela Casa e 35 no Senado Federal. É necessária a adesão de, pelo menos, 27 senadores e 171 deputados para a instalação da CPMI.

Questionado sobre o risco de uma articulação do governo provocar a retirada de assina-



Caiado (E) e Lorenzoni protocolam requerimento na Mesa do Congresso

turas, Caiado explicou que os parlamentares que assinaram o requerimento foram orientados quanto aos objetivos da comissão e fatos relevantes que motivaram o pedido de instalação da CPMI. Segundo ele, “ninguém que assinou (o requerimento) pode alegar desconhecimento”. Caiado disse ainda não ser possí-

vel “tratar a verdade”.

O requerimento deve ser lido na sessão do Congresso Nacional prevista para hoje. Os parlamentares podem retirar assinaturas até a meia-noite de hoje. Há cerca de um mês, a desistência de alguns deputados impediu a instalação de uma comissão para investigar o MST.



Yona Metzger (E) diz que expressou a Sarney a dor do povo israelense

## Rabino manifesta preocupação com visita do presidente do Irã

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o grão-rabino asquenazi de Israel, Yona Metzger, que lhe trouxe a preocupação da nação judaica com a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, marcada para o próximo mês. Metzger manifestou o desejo de que a visita seja adiada.

— Para nós, israelenses, é muito triste saber que o Brasil vai receber um homem que já disse publicamente que quer destruir nosso país. Depois de negar o Holocausto, que, há 65 anos, matou 6 milhões de judeus, ele quer continuar agora a matar outros 6 milhões, dentro do Estado de Israel — afirmou o rabino.

Yona Metzger disse que não fez nenhum pedido oficial, mas deixou o Senado com a certeza de ter expressado o doloroso sentimento que a visita de Mahmoud Ahmadinejad significará para o povo judeu.

Em sua análise, como Sarney já foi presidente do Brasil, tem melhores condições de avaliar essa situação.

— Seria importante que o presidente Lula adiasse a visita do presidente do Irã, até que ele mudasse

de ideia. Tenho certeza que adiar a visita seria uma decisão recebida com muito admiração e apoio no mundo todo.

### Acordo

Yona Metzger também disse que, dentro em breve, Brasil e Israel assinarão um acordo econômico da maior importância para as duas nações.

E afirmou ter ouvido de Sarney que este fará tudo para que tal acordo se processe o mais rapidamente possível.

Sarney também disse ao visitante que o Brasil espera com expectativa a visita do presidente de Israel, Shimon Peres, prevista para o final deste ano, e que tem especial estima por esse líder, a quem citou, em suas memórias, como uma das grandes inteligências mundiais.

No encontro, contou o visitante, Sarney também mencionou os estreitos laços culturais e de amizade que o Brasil tem com Israel, dizendo esperar que todos os seres humanos usufruam uma convivência pacífica e que a religião não seja objeto de conflito entre os povos, mas instrumento de paz.

## Sarney participa da cerimônia de posse de José Múcio no TCU

O presidente do Senado, José Sarney, participou da solenidade de posse de José Múcio Monteiro Filho como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Poder Legislativo.

José Múcio, que ocupava o cargo de ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, disse aos senadores, durante sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em 22 de setembro, que o TCU “é indispensável à boa governança”.

O novo ministro do TCU

ocupará a vaga aberta na corte com a aposentadoria de Marcos Vilela.

### Secretaria

O presidente do Senado também participou ontem da solenidade de posse do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ex-secretário-geral do Itamaraty, no cargo de ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. O cargo vinha sendo exercido interinamente por Daniel Vargas após a saída de Mangabeira Unger do governo, em meados deste ano.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, ex-ministro criticou o governo por optar pelo regime de partilha, em que as empresas pagam ao Estado em óleo extraído. Para ele, esse sistema “abre espaço para corrupção, concentração de renda e uso político da Petrobras”. Mas o ponto de vista encontrou a objeção de senadores no debate

# Mailson condena partilha e defende modelo de concessão para pré-sal

O EX-MINISTRO DA Fazenda Mailson da Nóbrega defendeu ontem, em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o modelo de concessão para a exploração do petróleo da camada pré-sal. Para ele, o regime de partilha proposto pelo governo, no qual a Petrobras será a operadora única dos contratos de exploração, fere a Constituição federal.

— O modelo de partilha abre espaço para corrupção, concentração de renda e o uso político da Petrobras, além de contribuir para a redução da eficiência produtiva e econômica da empresa — acrescentou.

O ex-ministro estranhou, apesar de o modelo de concessão “ter dado certo no Brasil”, gerando crescimento da própria Petrobras e do país, o atual governo insista no regime de partilha.

No entender de Mailson da Nóbrega, só há duas explicações para a visão estatizante do governo quanto à camada pré-sal: criar um fato novo para que o país tenha uma nova repartição dos royalties do petróleo, em que estados não produtores passariam a ter direito de receber parte do benefício, e a preocupação do governo com futuros conflitos envolvendo o Brasil, em face da escassez de petróleo no mundo.

O economista acha que tanto o regime de concessão quanto o de partilha geram o mesmo volume de recursos, com um detalhe: no de partilha, o Estado brasileiro passa a controlar a comercialização e a exploração do óleo, o que, observou, é ruim para a economia de mercado.

No modelo de concessão, todo o óleo extraído é da empresa ou do consórcio explorador, que paga ao governo um valor fixo pela exploração. Já no sistema de partilha, o petróleo é dividido com o governo e ganha a licitação para explorar o campo quem oferecer maior pagamento em óleo.

### Exclusividade

O diretor financeiro da Petrobras, Almir Barbassa, defendeu que a Petrobras seja a operadora exclusiva do pré-sal e tenha participação de, pelo menos, 30% em cada campo petrolífero. Isso fará com que a empresa feche alianças tecnológicas principalmente no setor de pesquisa, além de poder planejar o desenvolvimento integrado e padronizado da demanda de seus equipamentos.

Para ele, o pré-sal trará maior segurança para o Brasil numa eventual crise de energia mundial. Barbassa previu que a riqueza advinda da camada petrolífera vai desenvolver toda a cadeia produtiva brasileira, com aumento direto de emprego, além da entrada de novas tecnologias no país.

Barbassa defendeu a capitalização da empresa, conforme propõe o governo. Para o diretor financeiro, isso atrairá mais dólares para o país, elevará a liquidez das ações da empresa e permitirá que a Petrobras faça novos empréstimos para poder financiar a exploração do pré-sal. Ele informou que o direito de exercer a compra das novas ações será concedido apenas aos acionistas correntistas da empresa.



Delcídio (E), Barbassa, Garibaldi e Mailson na CAE: questões como o papel do Estado e a divisão e aplicação das receitas da exploração do petróleo do pré-sal permearam o debate

## Senadores têm visões antagônicas sobre qual seria o melhor sistema

A divergência entre os senadores quanto ao modelo para produção do petróleo da camada do pré-sal — se partilha, como proposto pelo governo, ou concessão, como é o atual — marcou o debate sobre o assunto em audiência pública realizada pela CAE. Autor do requerimento para realização da audiência, Tião Viana (PT-AC) defendeu o modelo de partilha e descartou o risco de concentração de renda, com a sua adoção, como apontado pelo economista Mailson da Nóbrega, lembrando que o governo Lula faz opção pelo “Estado forte” enquanto desconcentra a renda.

Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou não ver muitas diferenças entre os dois modelos e disse que a escolha é uma decisão de Estado. O modelo de partilha, ponderou ele, fundamenta-se no controle maior das reservas ou da produção. Mas ele reconheceu que o modelo de concessão é bem-sucedido, propiciou o desenvolvimento das empresas e tornou a Petrobras respeitada.

Para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), o país saberá conviver bem com o sistema misto que poderá resultar da aprovação do regime de partilha. Na defesa desse modelo, o senador ponderou que ele ajudará o país a deter a liderança mundial em termos de tecnologia de produção. Ele também lembrou que, dos grandes produtores de petróleo, 16 utilizam o modelo de partilha.

Também defensor do sistema de partilha, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse considerar “cair por terra” a argumentação de que as empresas não vão querer participar da exploração do petróleo do pré-

sal nesse modelo, ao se considerar que, atualmente, 77% das reservas mundiais estão nas mãos do Estado, enquanto apenas 7% com empresas privadas.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) também defendeu o modelo de partilha, observando que o governo não pode abrir mão de uma salvaguarda numa época em que o mundo caminha para escassez de petróleo.

### Críticas

Já Francisco Dornelles (PP-RJ) fez críticas ao modelo de partilha proposto pelo governo, dizendo não ver nenhum aspecto nesse sistema que não possa ser cumprido pelo regime de concessão. Ainda segundo o senador, pelo sistema de concessão, os recursos do pré-sal poderiam estar disponíveis para aplicação em áreas como educação e saúde já em 2010 e 2011, enquanto, no regime de partilha, esses recursos estarão disponíveis só em 2020.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que o regime de partilha é menos eficiente e transparente, em razão da excessiva intervenção da Petrobras e da futura estatal Petro-Sal no processo de produção. Para César Borges (PR-BA), se há que se mudar a regra do jogo para a partilha, disse ele, é porque há um interesse ideológico por trás dessa posição.

Na avaliação de Tasso Jereissati (PSDB-CE), o modelo proposto pelo governo “é um dos maiores equívocos em termos de projeto de longo prazo do país”. Ele disse não entender a necessidade de mudança, já que o sistema atual, de concessão, rendeu bons resultados.

## Participação obrigatória da Petrobras gera preocupações

O senador Francisco Dornelles alertou para o fato de que a Petrobras pode sair prejudicada com a participação obrigatória de 30% na exploração do petróleo do pré-sal, como propõe o governo. Em determinadas situações, ponderou Dornelles, a companhia poderá não ter os recursos para investir. O senador César Borges também criticou a participação obrigatória de 30% da Petrobras em todos os consórcios de exploração. O parlamentar disse concordar com a avaliação de Delcídio Amaral de que essa situação poderá até prejudicar a companhia, que não terá interesse na exploração de muitos campos.

Dornelles alertou para o risco de deixar o levantamento dos custos de exploração e do ressarcimento dos investimentos para as empresas nas mãos da burocracia da estatal Petro-Sal, proposta pelo governo. Para ele, isso poderá dar lugar a práticas pouco republicanas de controle. Marcelo Crivella ponderou haver instrumentos de fiscalização na sociedade atual, como a atuação da imprensa.

Delcídio Amaral também manifestou preocupação com a maneira pela qual os diretores da Petro-Sal serão indicados, defendendo uma qualificação nesse processo. O senador recomendou ainda limites ao poder de veto da futura estatal.

A situação daqueles que investiram recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em ações da Petrobras e que, agora, serão excluídos do processo de capitalização da companhia pro-

posto pelo governo também é motivo de preocupação de Delcídio Amaral. O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse temer que o formato proposto de capitalização possa levar à preponderância da posição da União no controle acionário em detrimento dos acionistas minoritários, como alertou o economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. César Borges disse considerar haver ainda incertezas quanto aos critérios a serem adotados para a capitalização. Ele também questionou se não haveria interesse do governo em voltar a ter o controle acionário das ações da companhia.

### Royalties

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a redistribuição dos recursos dos royalties do pré-sal entre os estados, dizendo não ser justo que os que estão localizados na Amazônia não tenham essa revisão. Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a experiência de distribuição de recursos de exploração do petróleo pelo Alasca, por meio de um fundo social. Cada pessoa residente do estado americano, explicou o senador, recebe um valor anual que, nos últimos 26 anos, significou a distribuição de algo em torno de 6% do produto interno bruto (PIB) igualmente para todos os residentes naquele estado norte-americano.

Antônio Carlos Valadares ressaltou a importância do fundo social, a ser criado com recursos do pré-sal, para investimentos em áreas como educação, saúde e combate à pobreza.



Silva (E), Guadagnin, Garibaldi, Smith, Cunha e Vaz em audiência que tratou do financiamento público à agricultura familiar

# Bancos rejeitam projeto que exige divisão de riscos

Proposta debatida na CAE obriga as instituições financeiras que administram recursos de fundos constitucionais a assumir metade dos riscos dos empréstimos concedidos

REPRESENTANTES DE BANCOS oficiais que repassam empréstimos dos fundos constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte manifestaram-se ontem, em audiência na CAE, contra o projeto (PLS 239/08) de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que passa a exigir que as instituições assumam metade dos riscos dos financiamentos.

O senador argumenta que, por não correrem riscos, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia estão emprestando aos pequenos agricultores familiares, principalmente no Nordeste, sem examinar se eles têm ou não condições de pagar as dívidas. Com isso, a inadimplência desses financiamentos está próxima de 20%, “um absurdo”, na opinião de Jereissati. O prejuízo acumulado dos fundos constitucionais já é de quase R\$ 6 bilhões.

O presidente do Banco do Nordeste (BNB), Roberto Smith, disse aos senadores que o problema só existe nos empréstimos conhecidos como Pronaf B, ou seja, de agricultores com renda anual de, no máximo, R\$ 6 mil. Ele admitiu que a inadimplência nesse setor específico chegou a 46%, mas informou que o problema está sendo contornado com a criação do Programa Agroamigo, em que um técnico dá assistência ao produtor.

Computando-se todos os empréstimos rurais com dinheiro dos fundos constitucionais, a



Tasso Jereissati: financiamentos sem garantias e alta taxa de inadimplência

inadimplência fica em 3,7% no Nordeste, o que é normal, disse o presidente do BNB. Para ele, se o banco for obrigado a assumir metade dos riscos dos empréstimos, “será difícil que os agricultores consigam os financiamentos”, pois o banco terá de cumprir normas exigentes do Banco Central. Representantes do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia expressaram a mesma opinião.

Durante a audiência, Tasso Jereissati e o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, João Luiz Guadagnin, travaram um debate tenso. Guadagnin sustentou que o projeto “é radical” e, se for aprovado, o Congresso estará impedindo que os “agricultores pobres” sejam atendidos por políticas públicas do governo.

Jereissati denunciou que,

no Ceará, pessoas ligadas ao governo chegam a afirmar aos agricultores que, se eles não tiverem condições de pagar os financiamentos, “podem ficar despreocupados”, pois “o governo dará um jeito”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) leu trecho de artigo da lei que criou os fundos constitucionais (Lei 7.827/89) proibindo a concessão de financiamentos a fundo perdido. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) citou que o apelido que se dá aos empréstimos do Pronaf no Pará é “bolsa-agricultor”. Gilberto Goellner (DEM-MT), por sua vez, sugeriu que, se o governo quer ajudar os agricultores familiares mais pobres, ele deve criar um programa com essa finalidade e usar dinheiro da arrecadação federal, e não dos fundos constitucionais. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que é necessário encontrar uma forma para reduzir a inadimplência, mas sem prejudicar os financiamentos do Pronaf.

A audiência pública foi dirigida por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da CAE, e contou também com a participação de Antônio Roberto Silva, Agrário, João Luiz Guadagnin, diretor do Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; de José Carlos Vaz, diretor de Agronegócio do Banco do Brasil; e de Eduardo Lima Cunha, diretor de Análise e Reestruturação do Banco da Amazônia.

## Aprovado empréstimo de US\$ 46 milhões ao Ceará

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização para que o estado do Ceará contrate operação de crédito externo no valor de US\$ 46 milhões junto ao Banco Mundial, com garantia da União. Os recursos, que serão liberados entre 2009 e 2013, destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Cidades do Ceará – Cariri Central). O estado entrará, como contrapartida, com recursos da ordem de US\$

20 milhões.

A mensagem do Executivo (MSN 209/09) solicitando a autorização recebeu voto favorável do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Segundo ele, o financiamento é um dos assuntos mais importantes para o Ceará, pois tem por objetivo reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a região metropolitana de Fortaleza e o interior do estado.

De acordo com Valadares, o Ceará terá, já considerando

esse empréstimo, dispêndio médio com os serviços de sua dívida consolidada de 4,46% de sua receita corrente líquida, valor, como observou, bastante inferior ao permitido, que é de 11,5% da receita. Na defesa da proposta, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que os recursos serão importantes para a qualidade de vida das pessoas que residem na região.

A matéria seguirá para o exame do Plenário, em regime de urgência.

Autor de requerimento de sessão, Augusto Botelho destaca esforços da Febrasgo voltados "à saúde da mulher, ao associativismo, à defesa profissional e à educação médica"

# Senado celebra os 50 anos da federação de ginecologistas

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) completa 50 anos no próximo dia 30. Para comemorar, o Senado realizou ontem sessão especial em homenagem à entidade, requerida por Augusto Botelho (PT-RR).

O senador, que é médico, destacou que a data de 30 de outubro foi transformada no Dia Nacional do Ginecologista e do Obstetra. Ele afirmou que "a Febrasgo apresenta um histórico de sucesso e credibilidade, graças aos esforços voltados ao associativismo, à defesa profis-

sional, à educação médica e à saúde da mulher". Ele lembrou que é essa entidade que outorga o Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia (Tego).

Ao ressaltar as realizações da Febrasgo, Augusto disse que a federação é responsável pela publicação do primeiro tratado de ginecologia do país, editado em 1997, além de um tratado de obstetrícia e manuais de orientação para a saúde da mulher.

O senador citou ainda a parceria firmada entre a Febrasgo e o Fundo das Nações Unidas para a

Infância (Unicef), durante a década de 1990, para desenvolver programas de ação e pesquisa relacionados à mortalidade materna no Nordeste. E recordou que, em 1996, a federação criou a Comissão Nacional Especializada em Violência Sexual e Interrupção da Gestação Prevista em Lei. Augusto observou que a entidade possui representações em todos os estados do país e realiza periodicamente cursos de educação médica e atualização científica, "promovendo, assim, um grande avanço para a disseminação do conhecimento".

## Jefferson Praia defende proposta sobre salário de PMs e bombeiros

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu a aprovação da proposta que determina que a remuneração de policiais militares e bombeiros militares de todo o país não possa ser inferior à do Distrito Federal. A PEC 300/08 tramita na Câmara e, se aprovada pelos deputados, segue para o Senado.

A proposta, disse o senador, motivou uma manifestação de 10 mil pessoas em Manaus na última quinta-feira, quando foi realizada na cidade uma audiência da Câmara sobre o tema. Para Jefferson Praia, a medida é "um passo fundamental para colocar as polícias militares e os corpos de bombeiros à altura dos desafios do crime organizado e



Jefferson Praia diz que medida é fundamental para a segurança do país

das catástrofes que hoje atormentam e ameaçam a população". Ele disse que, enquanto um soldado da Polícia Militar do DF recebe R\$ 4,5 mil por mês, o do Amazonas ganha R\$ 1,6 mil.

## Transferência de servidores de Rondônia pode ser votada hoje

A proposta que transfere os servidores do ex-território federal de Rondônia ao quadro de funcionários da União pode ser votada hoje, segundo informou o senador Expedito Júnior (PSDB-RO), que defende a aprovação da matéria. A proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e retornou ao Senado por ter sofrido alterações.

Expedito Júnior disse que o texto deve ser aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, no Plenário do Senado. Ele também informou que a iniciativa de votá-lo hoje conta com o



Expedito Júnior: proposta visa corrigir injustiça com servidores de Rondônia

apoio do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Expedito disse acreditar que a PEC 87A/03 – que "visa corrigir uma injustiça com os servidores públicos de Rondônia" – será votada hoje pelo Plenário.

## Papaléo quer estrada e posto bancário para Vitória do Jari

Para receber seu benefício mensal, um aposentado que mora em Vitória do Jari, no Amapá, tem que se deslocar até Laranjal do Jari (AP) ou Almeri, no Pará. É que no seu município não há agência bancária. Pior: para chegar a uma dessas duas cidades, é necessário percorrer um trecho de barco. Papaléo Paes (PSDB-AP) explicou o problema e pediu a construção de uma estrada ligando Vitória a Laranjal e a implantação de pelo menos um posto de atendimento da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil.

O prefeito de Vitória do Jari, Luiz Beirão, acompanhado dos nove vereadores do município,



Papaléo recebeu o prefeito e os nove vereadores de Vitória do Jari

veio a Brasília tentar viabilizar a construção da estrada e a implantação de um posto de atendimento. A comitiva reuniu-se com Papaléo e também com José Sarney (PMDB-AP).



O assessor do Ministério da Saúde Adilson França (E) e os senadores Mão Santa, Roberto Cavalcanti, Serys e Augusto Botelho

### SERYS: FEBRASGO REPRESENTA MARCO

A Febrasgo, de acordo com Serys Silhessarenko (PT-MT), representa "um marco da comunidade médica brasileira no que concerne à saúde da mulher".

A senadora destacou que a entidade se preocupa com a detecção e a solução dos problemas do setor de ginecologia, com as condições de trabalho da categoria e com o aperfeiçoamento dos profissionais, além de promover o intercâmbio com organizações médicas nacionais e estrangeiras.

### MENSAGEM DE SARNEY SAÚDA ENTIDADE

O presidente do Senado, José Sarney, encaminhou mensagem em que saúda os 50 anos da Febrasgo. No texto, ele assinala que o Brasil ainda enfrenta problemas como altas taxas de mortalidade materna, um percentual de 80% de partos cesarianos – muito além do preconizado pela Organização Mundial da Saúde –, aborto inseguro, banalização da violência contra a mulher e baixo acesso ao exame pré-natal e aos métodos contraceptivos.

### MORTALIDADE MATERNA AINDA É ALTA NO PAÍS

A mortalidade materna ainda é alta e representa um dos maiores desafios para o Ministério da Saúde, afirmou o representante do órgão, Adilson França. Ele disse que esses índices são três vezes maiores no Nordeste que em Porto Alegre, o que demonstra a desigualdade social no Brasil.

O presidente do conselho fiscal da Febrasgo, Etelvino de Souza Trindade, defendeu maior qualificação dos profissionais para atender à demanda das mulheres.

### OMS ELOGIA TRABALHO DA FEBRASGO

Representando a Organização Mundial da Saúde (OMS) na homenagem à Febrasgo, o equatoriano Fernando Jamriska destacou o "frutífero" trabalho da entidade. Ele afirmou que, graças ao trabalho dos profissionais que tratam da saúde da mulher e a iniciativas do governo, a mortalidade materna no Brasil vem diminuindo, e disse que programas específicos levam em conta o fato de 27% da população do país ser adolescente.

### MÃO SANTA: MÉDICO É LEMBRADO NA DOR

Para o médico não se promovem desfiles, festas ou apresentações, não são entregues medalhas. É na dor, na doença que ele é lembrado, afirmou Mão Santa (PSC-PI), durante a homenagem à Febrasgo. Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP), também médico, pediu a aprovação de matéria em tramitação na Câmara que regulamenta a Emenda 29, fixando os percentuais dos repasses para a saúde que devem ser feitos pela União, estados e municípios.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Osvaldo Sobrinho • Mão Santa • Romeu Tuma • Serys Silhessarenko • Augusto Botelho

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Apelo por projeto que transfere feriados para segundas-feiras



Roberto Cavalcanti afirma que dias parados prejudicam comércio

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 226/09) que transfere para as segundas-feiras os feriados nacionais que caírem em dias úteis.

O senador argumentou que

esses dias parados trazem grande prejuízo ao comércio. Baseado em dados da Confederação Nacional do Comércio, Cavalcanti afirmou que, em 2008, as perdas por dia parado foram da ordem de R\$ 11,6 bilhões e, em 2009, de R\$ 12,9 bilhões.

Cavalcanti apelou ao relator do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Inácio Arruda (PCdoB-CE), para que apresente voto pela aprovação da matéria.

O senador também criticou a "excessiva concentração" do setor de cartões de crédito, especificamente "o duopólio capitaneado pelas bandeiras Visa e Mastercard, que controlam 90% do mercado".

## Mário Couto critica Ana Júlia por cortar verba de hospital

Dizendo defender os interesses do povo paraense, conforme prometeu na campanha eleitoral, Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar ontem a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. Dessa vez, o motivo foi o corte de R\$ 1,3 milhão da verba do hospital do município de Santarém, a demissão de funcionários, médicos e enfermeiras e o fechamento da UTI.

Mário Couto afirmou que a governadora recebeu o hospital construído pelo governo anterior, totalmente equipado e pronto para atender dez municípios e 600 mil pessoas. Em sua avaliação, esse hospital deveria ser o melhor de toda a região Norte. O senador acrescentou que a governadora não queria colocar o hospital em



Mário Couto: governadora não queria funcionamento de hospital

funcionamento, mas diante da pressão popular, voltou atrás.

Ele disse que entrará com requerimento de agradecimento e louvor ao ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, por enviar ao Plenário a discussão sobre o pedido de intervenção federal no Pará.

## Delcídio anuncia providências para ajudar desabrigados

Delcídio Amaral (PT-MS) comunicou que a bancada de seu estado já solicitou providências ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, para socorrer cerca de 800 famílias da cidade de Amambai que ficaram desabrigadas após um vendaval e uma tempestade de granizo na última sexta-feira.

O senador informou que, na segunda-feira, vários parlamentares sul-mato-grossenses tiveram audiência com o secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Totó Parente. Durante a reunião, disse, foi discutida a declaração de estado de calamidade pública nos bairros atingidos em Amambai, o que permitiria o repasse urgente de verbas federais para enfrentar a situação.



Delcídio diz que parlamentares buscam ajuda para 800 famílias de Amambai

Delcídio lembrou que no Orçamento de 2009, do qual foi relator, foram colocados recursos para atender especialmente a todos os estados brasileiros atingidos por desastres climáticos.

Em aparte, Valter Pereira (PMDB-MS) apoiou o pronunciamento de Delcídio.

Decisão sobre o tamanho das bancadas deverá ser tomada em dezembro e enviada, como contribuição, às chancelarias dos quatro países membros do mercado comum



Mercadante (de pé, à esq.) conversa com integrantes do Parlamento do Mercosul, durante reunião em Montevideu

## Regras para representação no Parlasul devem sair este ano

A DEFINIÇÃO SOBRE o tamanho das bancadas dos países no Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá ocorrer em dezembro. Caso as negociações sejam concluídas pela Mesa diretora no dia 18 de novembro, os resultados serão levados ao Plenário do legislativo regional na sessão dos dias 30 de novembro e 1º de dezembro e encaminhados como contribuição às chancelarias dos quatro países. Nos dias 20 e 21 de dezembro, o Conselho do Mercosul deverá decidir sobre a questão. As informações foram prestadas ontem pelo líder do PT no Senado e vice-presidente do Parlasul, senador Aloizio Mercadante (SP).

Com a definição de como será composto o Parlasul, cada país poderá eleger diretamente seus representantes, e o órgão passará então a votar leis comuns e poderá convocar ministros, entre outras atribuições. O senador lembrou que o legislativo do mercado comum está em fase de implantação e não tem todas as prerrogativas. Hoje, o Parlasul pode aprovar normas

destinadas a uniformizar leis, fazer recomendações e convidar ministros para audiências públicas, entre outras funções.

O número de parlamentares por país ficou definido em acordo firmado em Assunção: 18 do Paraguai, 18 do Uruguai, 75 do Brasil e 43 da Argentina. Mas, numa primeira etapa, Brasil e Argentina terão metade dessa representação e os outros dois países, os mesmos 18 parlamentares. O acordo tem que ser homologado pelos governos dos quatro países.

### Entendimento

Mercadante disse que a proporcionalidade que ficou definida é atenuada: o Brasil terá 48% das cadeiras. Se fosse seguida a proporção do eleitorado, o país teria de ter 75% da representação, o que retiraria do Parlasul o caráter de uma instituição supranacional.

Mesmo com essa proporcionalidade mitigada, segundo Mercadante, Argentina e Paraguai apresentaram algumas restrições ao que ficou definido.

Parlamentares dos dois países propuseram rediscutir os critérios de maioria qualificada, utilizados na votação de questões mais importantes. A Argentina sugeriu que o quórum seja definido conforme a natureza da matéria submetida a votação. Já o Paraguai apresentou exigências de um quórum mais rígido, o que, segundo Mercadante, "engessaria o Parlamento do Mercosul".

O parlamentar considera que a proposta argentina deverá ser adotada, já que, a seu ver, ela permitirá que os países não se sintam prejudicados em votações de grande interesse nacional.

O Parlasul volta a reunir-se no dia 30 de novembro. Além de Mercadante, participaram da sessão em Montevideu, que começou na segunda-feira e foi encerrada ontem, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Nery (PSOL-PA), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Neuto de Conto (PMDB-SC) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

## Reunião discutirá uso de hidrovias entre países

O presidente do Parlasul, Juan José Domínguez, sugeriu ontem à senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a organização de uma reunião, a ser realizada possivelmente em fevereiro, para discutir as potencialidades das hidrovias que cortam os países integrantes do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Segundo relatou a senadora, a proposta foi feita a ela porque o seu estado, Mato Grosso do

Sul, faz fronteira com o Paraguai, a oeste, pelo rio Paraguai, e com São Paulo, a leste, pelo rio Paraná.

Marisa Serrano disse que o presidente do Parlasul deseja que os parlamentares conheçam melhor as barcaças utilizadas para o transporte de carga, quais os bens transportados, o tipo de vegetação existente às margens dos rios, os tipos de peixes e as potencialidades das

hidrovias, que permitem um transporte de baixo custo.

A senadora destacou ainda que, no rio Paraguai, descem de Corumbá barcaças cheias de minério que chegam até à bacia do rio da Prata, indo então "para o mundo".

– A proposta é saber que tipo de contribuição esses rios estão dando para a integração e, principalmente, que riquezas estão transportando.

## Maciel lembra Dia do Arquivista e pede valorização da memória do país

O Dia do Arquivista, comemorado ontem, foi lembrado por Marco Maciel (DEM-PE).

O senador homenageou os arquivistas, dizendo que esses profissionais "desempenham muitas vezes um trabalho silencioso e discreto, em arquivos e

bibliotecas, e têm o importante papel de guardar a memória nacional e fazer o Brasil mais conhecido".

Para Marco Maciel, o Dia do Arquivista é também uma data para se refletir sobre a valorização dos arquivos.

– A memória começa oral, porém consuma-se no documento escrito testemunhal do fato. Povo sem memória não tem cultura nem, consequentemente, pode ser chamado de civilização. Toda grande nação, e a história o demonstra à sa-

cidade, tem grandes arquivos e bibliotecas – disse.

O senador elogiou a realização do Congresso Nacional de Arquivologia, promovido pela Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia (Enara).



Marco Maciel: toda grande nação tem grandes arquivos e bibliotecas

Presidente da Eletronuclear informa que usinas no país podem chegar a oito em 2030, com construção também de mais uma central no Sudeste, além da de Angra dos Reis

## Governo planeja construir central nuclear no Nordeste

A SEGUNDA CENTRAL nuclear brasileira – depois de Angra dos Reis (RJ), onde já existem duas usinas em funcionamento e uma terceira em construção – será construída até 2019 em uma cidade litorânea entre Salvador e Recife. O anúncio foi feito ontem pelo diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, durante audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo o diretor, a central nordestina deverá contar inicialmente com duas usinas, podendo posteriormente expandir-se até seis usinas. O mesmo se aplica à terceira central planejada, essa para a região Sudeste. De acordo com o planejamento do governo, existirão de quatro a oito novas usinas nucleares em funcionamento até o ano de 2030. Ele alertou ainda para a necessidade de diversificação das fontes de produção de energia elétrica no país.

– Antes, nossa energia era

puramente hidrelétrica, enquanto os demais países usavam majoritariamente a energia térmica. Vamos continuar majoritariamente hidrelétricos, mas aumentando a participação das usinas térmicas, sem deixar de lado a energia nuclear por várias razões, inclusive a ambiental – disse Pinheiro, lembrando a vantagem da energia nuclear no que diz respeito à emissão de gás carbônico.

### Diversificação

Até 2030, o Brasil vai ter que duplicar a sua produção de energia elétrica, segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho. Por isso, terá de investir em outras fontes de geração além da hidrelétrica, como a biomassa, o carvão e as energias nuclear e eólica.

O secretário informou que o Brasil conta com o terceiro maior potencial do mundo de geração de energia hidrelétrica – aproximadamente 260 mil megawatts. Desse total, porém, cerca de 80 mil megawatts só poderiam ser produzidos em

locais que “não seriam aceitos pela sociedade brasileira”, segundo ele observou, como reservas florestais e indígenas. Nesse novo contexto, concluiu, a energia nuclear – cuja adoção pelo Brasil nos anos 70 ele considerou “precipitada” – pode vir a desempenhar um papel importante.

– Trata-se de uma energia competitiva, cuja fonte é abundante, pois existe bastante urânio no planeta. Ela tem uma vantagem ambiental significativa, quando se considera a sua emissão de CO<sub>2</sub>, mais baixa que a proveniente de energia solar, de biomassa ou mesmo hidrelétrica – afirmou Ventura.

Também presente ao debate, o chefe de gabinete do Ministério do Meio Ambiente, Ivo Bucarecky, lembrou a necessidade de se avaliarem todos os impactos da produção de energia sobre o meio ambiente, e não somente a emissão de CO<sub>2</sub>.

– Nossa preocupação na questão nuclear inclui o risco de acidente, que pode gerar um grande impacto, além do aumento da radioatividade na região de produção de urânio.

## Serys manifesta otimismo sobre reunião do clima na Dinamarca

Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou ontem sua participação no Fórum de Legisladores sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, na Dinamarca, desta sexta-feira até domingo. A senadora será a coordenadora da delegação de legisladores brasileiros, que inclui o senador Renato Casagrande (PSB-ES) e os deputados federais Antonio Palocci (PT-SP) e Luciano Pizzato (DEM-PR).

O encontro, promovido pela Organização Mundial de Legisladores por um Meio Ambiente Equilibrado (Globe International), será preparatório para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que ocorrerá entre 7 e 18 de dezembro também em Copenhague.

As discussões, informou a senadora, estarão voltadas à formulação de propostas para o controle das mudanças climáticas pós-Protocolo de Kyoto. Serys manifestou o seu otimismo em relação ao encontro, baseado em notícias segundo as quais o Brasil irá propor que os países ricos – os maiores poluidores – financiem os fundos climáticos.

Na opinião de Serys Slhessarenko, o Brasil não pode concordar com a diminuição no rigor das metas para redução das emissões de gases que causam o efeito estufa, principalmente por parte das nações mais desenvolvidas.

– Tenho certeza de que as dimensões da economia brasileira,



Serys coordena delegação de legisladores brasileiros

as florestas tropicais, a matriz energética limpa e a reconhecida qualidade do nosso corpo diplomático nos credenciam para que venhamos a assumir um papel de protagonistas na COP-15. Nós queremos e precisamos de desenvolvimento econômico, mas com sustentabilidade ambiental – afirmou, acrescentando que falará sobre o Pantanal mato-grossense, com vistas a divulgar esse patrimônio natural brasileiro.

O fórum reunirá legisladores dos países membros do G-8 (Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Reino Unido) e do Brasil, China, Índia, México e África do Sul. Serys informou que todas as despesas da viagem serão pagas pela própria Globe International.

Em apartes, Renato Casagrande (PSB-ES), Tião Viana (PT-AC) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) demonstraram otimismo quanto à participação do Brasil tanto na reunião de legisladores quanto na COP-15.

## Câmara deve votar já projetos sobre mudanças climáticas

A Câmara deverá apressar a votação dos projetos que instituem a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PL 3.535/08) e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (PL 5.145/09) a tempo de incluí-los entre as contribuições do Legislativo brasileiro na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), em dezembro.

O anúncio foi feito ontem pelo relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, deputado Colbert Martins (PMDB-BA), que se encontrou com o presidente da Câmara, Michel Temer, na semana passada.



Ventura (E), senador Casagrande, Pinheiro e Bucarecky no debate: opção nuclear tem vantagens ambientais, mas envolve riscos

## Senadores defendem uso da energia nuclear

No debate promovido pelas duas comissões, o presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), defendeu a necessidade de consolidar a participação da energia nuclear na matriz energética brasileira, embora sem prioridade. Segundo o senador, com a discussão sobre mudanças climáticas, a energia nuclear teve sua importância renovada.

O presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lembrou que 80% da energia elétrica brasileira é hidrelétrica, limpa e barata, mas não convém abandonar opções como a nuclear ou a eólica. João Pedro (PT-AM) afirmou que, em 2030, 4% da matriz energética brasileira virá da energia nuclear. Para o senador, o Brasil precisa superar o atual preconceito contra a energia nuclear.

Othon Luiz Pinheiro da Silva, diretor-presidente da Eletronuclear, observou que o impacto ambiental existe em qualquer tipo de empreendimento energético. Segundo ele, a questão dos rejeitos radioativos está equacionada: precisam ser mantidos em tanques de água por oito anos para resfriar e, em seguida, será construída uma estrutura de concreto capaz de armazená-los por 500 anos. Pinheiro reconheceu que a possibilidade de um acidente em uma usina nuclear deve ser preocupação máxima.

## Parlamentares definem posição para Copenhague

A Comissão de Meio Ambiente realizará seminário, em 4 de novembro, para preparar documento com a posição oficial do Parlamento brasileiro a ser levada à 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que se realiza entre os dias 7 e 18 de dezembro em Copenhague, na Dinamarca. O evento pretende estabelecer um novo marco de enfrentamento do aquecimento global.

O seminário será organizado em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como convidados parlamentares da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas e das comissões do Meio Ambiente; de Relações Exteriores; e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados.

A CMA também aprovou requerimento do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) com a finalidade de formar uma delegação da Subcomissão de Acompanhamento da Copa de 2014 para visitar a África do Sul, entre os dias 26 e 31 de outubro, integrando a comitiva organizada pelo Ministério das Relações Exteriores para conhecer e discutir iniciativas de fiscalização, controle e acompanhamento da Copa do Mundo de 2010.

## Cristovam parabeniza vencedores do Prêmio Educador Nota 10

Cristovam Buarque (PDT-DF) homenageou um diretor e dez professores de escolas de ensino fundamental que receberam o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. O concurso, instituído este ano, tem o objetivo de identificar, valorizar e divulgar experiências educativas de qualidade, planejadas e executadas por professores, diretores e coordenadores pedagógicos em escolas da rede pública e privada, explicou o senador.

Na categoria Gestor Nota 10, Cristovam destacou o trabalho desenvolvido pelo diretor Amarildo Reino de Lima, do Centro de Ensino Fundamental 427, em Samambaia (DF). A relevância do projeto desenvolvido pelo diretor está no fato de ter conseguido melhorar o desempenho de



Cristovam destaca prêmio para diretor de escola do Distrito Federal

alunos repetentes ao agrupá-los em uma mesma sala de aula, disse o senador. Cristovam também elogiou, entre os agraciados com o prêmio da Fundação Victor Civita, a professora Andréia Betina Legatzky Klitzke, de Joinville (SC), que desenvolveu um método de ensino de Geometria.